

Formação de professores e educação em direitos humanos e cidadania: dos conceitos às ações

*Adriana Pereira Sesti, Julia Pinheiro Andrade,
José Sérgio Carvalho, Luciano da Silva Santos e
Wellington Tibério*

Parece ser cada vez mais consensual – ou pelo menos cada vez mais amplamente proclamado – que o ideal maior da ação educativa escolar deve ser a preparação para o exercício da cidadania e a formação de uma conduta ética e solidária. Nos discursos pedagógicos há uma ênfase recorrente na necessidade de iniciação de jovens no campo de práticas e conhecimentos relativos aos valores públicos vinculados à democracia e aos direitos humanos. É o que encontramos, por exemplo, em documentos pedagógicos importantes, como as Diretrizes e os Parâmetros Curriculares Nacionais. É necessário reconhecer, contudo, que a aceitação dessa meta como principal diretriz educacional tem sido mais retórica do que prática. A escola brasileira, em que pese a ênfase discursiva em relação à proclamação dos ideais da cidadania e da igualdade, tem sido marcada por práticas e concepções que valorizam seu impacto mais por eventuais benefícios

privados – em geral de natureza econômica – do que por seu potencial social e público.

Inúmeros são os desafios para que se supere essa visão da escolarização em favor de ideais ligados à noção de uma formação voltada para o bem comum. Qualquer transformação que diga respeito a uma mudança dessa magnitude exigirá, inexoravelmente, uma série de medidas complementares. Dentre elas uma que nos interessa diretamente: a formação de professores, não só em seus estágios iniciais, ao longo das licenciaturas, mas também na formação continuada que se volta para os professores já em serviço.

Neste âmbito, é preciso reconhecer que a maior parte das iniciativas oficiais tem se centrado na idéia de um aperfeiçoamento individual do docente, sem lograr inseri-lo no contexto institucional em que concretamente trabalha, ou seja, na escola¹. Assim, sobretudo no que diz respeito a programas de formação contínua de professores, tem sido bastante freqüente o descolamento entre a reflexão sobre os conceitos difundidos e a consideração das práticas correntes nas unidades escolares. Normalmente realizados fora da escola, os programas de formação contínua se propõem a “reciclar” o repertório dos discursos dos educadores em “temáticas e metodologias inovadoras” e, deste modo, simplificam a questão da educação para a democracia e os direitos humanos, tornando-a um problema de divulgação de idéias a cargo de um indivíduo isolado de seus pares e da proposta pedagógica de sua escola.

Dentre inúmeros equívocos, vale ressaltar, em primeiro lugar, o fato de que a educação em valores fundamentais

1. Cf. Azanha, J.M. *Educação: alguns escritos*. São Paulo, 1998.

à vida pública não pode consistir meramente na transmissão de informações, tais como o conteúdo da declaração dos direitos do homem ou os princípios da constituição da República Brasileira. Por certo, a posse dessas informações pode desempenhar um papel fundamental na elaboração de conceitos e práticas vinculados à educação para cidadania. Mas sua mera tematização não garante uma ação educativa vinculada a esses valores². Tampouco leva inexoravelmente à adesão, por parte dos alunos, de um modo de vida neles fundado. Pelo contrário, não é raro que a retórica democrática à qual se expõe os alunos seja acompanhada de atos de discriminação, exclusão, enfim de toda a sorte de violações concretas de direitos. Assim, não raramente a escola acaba por contribuir para a manutenção de um enorme e indesejável fosso entre a proclamação de direitos e sua efetivação.

Em se tratando de educação, de modo geral, antes de discursos e informações, são as ações o que importa considerar. Com mais razão, portanto, o sentido de uma educação comprometida com os ideais e valores da cidadania, da democracia e dos direitos humanos se expressa menos nas informações e nos discursos transmitidos do que nos princípios de condutas que regem, no cotidiano escolar, as ações educativas de uma instituição.

Visando lidar com pelo menos alguns desses problemas, o Projeto Direitos Humanos e Cidadania nas Escolas vem desenvolvendo, há cerca de 3 anos, uma proposta de política pública em aperfeiçoamento de práticas docentes

2. Essa idéia pode ser mais claramente vislumbrada se atentarmos para a diferença e as complexas relações entre as diferentes noções implicadas na idéia de “ensinar que a democracia é um regime” e “ensinar a viver democraticamente”, que pode até pressupor a primeira, mas nela não se esgota.

a partir de algumas inovações fundamentais. Em primeiro lugar, seu processo de elaboração se dá em diálogo com instituições escolares públicas, desenvolvendo projetos conjuntos no interior das escolas, considerando-as parceiras efetivas de todo trabalho de concepção e execução de atividades. O projeto entende que cabe à universidade, bem como aos órgãos governamentais, um esforço elucidativo conjunto (universidade, órgãos governamentais e instituições escolares) que torne patente a natureza dos desafios que a função pública da escola hoje enfrenta e não a apresentação de “visões iluminadas” acerca dos dilemas práticos das instituições.

O projeto considera, portanto, que somente uma comunidade escolar, na concretude de seus desafios cotidianos, poderá estabelecer de forma significativa seus parâmetros de ação ética, por meio de uma discussão constante dos princípios gerais de nossa cultura e dos compromissos históricos de nossas instituições de ensino. Nesse sentido, busca-se antes a adesão a esses princípios fundantes da educação pública do que a propagação de ações uniformes por meio de sugestões padronizadas como “métodos” de ensino. Por essa razão o foco do trabalho encontra-se na formação de uma equipe de professores que, deixando de ser meros reprodutores individuais de receituários pedagógicos, venham a ser seus autores efetivos.

A preocupação temática do projeto, portanto, não é meramente técnica, mas refere-se à difusão e à consolidação de um modo de se conceber e fazer educação. Sua concepção de educação sustenta que os ideais e valores dos direitos humanos, da democracia e da cidadania não devem se limitar a ser temas geradores de aula, mas constituir-se em eixos norteadores de toda prática escolar e princí-

pios inspiradores de ações educativas e não só de discursos pedagógicos.

Assim, o propósito do projeto é a apresentação, discussão e o cultivo de um núcleo de princípios éticos públicos a partir dos quais cada escola, na autonomia de sua proposta de ação pedagógica, procure caminhos próprios de operacionalização. A unidade, então, deverá resultar não numa padronização didática, temática ou metodológica, mas na comunhão em torno de certos princípios e objetivos.

Este artigo pretende descrever a experiência do projeto na área de formação contínua de professores de escolas públicas desde sua primeira formulação, elaborada a partir do trabalho realizado em duas escolas estaduais de São Paulo, até sua versão mais acabada, desenvolvida junto ao Núcleo de Ação Educativa n. 10 da cidade de São Paulo, órgão municipal de educação da região de São Miguel Paulista³. Procuramos narrar o processo de pesquisa inicial e implementação de cursos considerando os desafios da reflexão sobre a temática do trabalho e da criação de um formato de atividades capazes de tornar as práticas do cotidiano escolar um objeto de reflexão. Concomitantemente, procuramos explicitar as inovações propostas para a formação docente em serviço.

O desafio veio e vem sendo grande e o percurso a seguir evidencia, sinteticamente, quatro momentos diferentes do trabalho do projeto entre 2001 e 2003, cada qual

3. Quando o trabalho foi iniciado com as escolas da região de São Miguel Paulista, em parceria com a subdivisão da Secretaria Municipal de Educação responsável por aquela região, essa era identificada como Núcleo de Ação Educativa n° 10; porém atualmente a mesma passou a se chamar Coordenadoria de Educação da subprefeitura de São Miguel Paulista.

correspondente às quatro diferentes versões que um tal curso de aperfeiçoamento docente pôde assumir.

A história do Curso em Direitos Humanos e Educação para Democracia

O Projeto Direitos Humanos e Cidadania nas Escolas surge, em 2000, do convênio de cooperação firmado entre a Cátedra USP/UNESCO de Educação para a Paz, Direitos Humanos, Democracia e Tolerância e a Faculdade de Educação da USP como uma proposta de formação de professores dentro desta temática. Já em sua formulação inicial, o projeto propunha que tais ideais não só fossem considerados mediante a presença da temática nas escolas, mas propiciasse a discussão e a reflexão sobre os problemas neles envolvidos, bem como a reflexão sobre possíveis práticas educativas e políticas públicas de educação capazes de promover tais valores como compromissos que se traduzem em ações educacionais das instituições escolares.

Assim, ao propor-se a efetivar uma nova forma de relação entre universidade e escola, em 2001, o projeto passa a integrar a área de pesquisa em políticas públicas da Fapesp, empenhando-se na viabilização de novas práticas em aperfeiçoamento docente em duas escolas estaduais tomadas como campo de experimentação⁴. A ação preliminar foi a realização de uma série de entrevistas visando obter um primeiro quadro geral das concepções e discursos dos professores acerca do papel da escola na formação geral de seus alunos e, mais especificamente, suas visões

4. As escolas escolhidas pertenciam à Diretoria Regional de Osasco, uma delas localizada no centro e outra na periferia desta cidade.

das diversas disciplinas, tal como um tema transversal de parâmetro curricular – ambas modalidades de difusão promovidas há pelo menos uma década, pelo próprio Estado. Por desejáveis que sejam, tais modalidades não atingem o cerne da questão da educação em valores: torná-la o centro de uma reflexão sistemática, coletiva e cotidiana sobre as práticas de ação educativa de todo e qualquer agente institucional de uma instituição escolar e, fundamentalmente, da equipe de docentes que a integram.

Diferentemente de considerar o mero ensino de informações, mas também, para além do difícil e demorado ensino de ações e habilidades, trata-se de considerar a possibilidade do ensino de princípios de conduta fundados em valores públicos essenciais, o que supõe, por parte dos agentes de ensino, uma ação ética e coletiva em relação a esses princípios – ou seja, um tipo de formação contínua que permita a construção da coerência institucional do coletivo escolar com relação a valores vinculados à democracia, à cidadania e aos direitos humanos⁵.

Deste modo, em primeiro lugar, mostrava-se necessário trabalhar o entendimento desse tipo de situação, um disparate entre princípios públicos e condutas cotidianas, como um problema grave e de ordem coletiva. Ademais, como um agravante para o enfrentamento desse tipo de questão encontrávamos naquelas escolas, reiterada e atualizada, uma visão amplamente difundida na cultura escolar brasileira, segundo a qual uma boa escola consiste na reunião, como simples soma de indivíduos, de professores competentes e bem formados. O grupo de professores de

5. Sobre este tema, cf. o artigo “Podem a ética e a cidadania ser ensinadas?”, de José Sérgio Carvalho, presente neste livro.

cada uma das duas unidades em que atuava o projeto não se percebia responsável pelas práticas institucionais, tampouco desenvolviam trocas de experiências conjuntas que permitissem o enriquecimento de conceitos provenientes de suas diversas formações e de práticas adquiridas ao longo de seu exercício profissional. Pelo contrário, não encontrando um modo efetivo de desenvolver essa prática de formação contínua, mantinham o vício de tornar os horários de trabalho coletivo em sessões absolutamente improdutivas de lamentações individuais dirigidas à coordenação pedagógica, alternando monólogos, sem claro proveito para a prática escolar coletiva⁶.

Por conseguinte, a organização de espaços de reflexão coletivos sobre a natureza dos problemas envolvidos em um conceito de educação fundada nos ideais dos direitos humanos e da democracia ainda deveria lidar com este desafio: romper com a visão de que um bom quadro docente, na escola, é aquele constituído pelo conjunto de “preceptores” isolados, cujos êxitos são conquistas individuais e cujo trabalho pode se dar de forma individualizada. O passo seguinte, portanto, foi o desenvolvimento de um diagnóstico coletivo dos principais problemas a serem enfrentados, em ambas as escolas, para a consecução do ideal educativo já identificado em seus discursos. Desse processo resultou a primeira forma do curso de formação contínua desenvolvida pelo projeto, associando, de um lado, a

6. Não buscamos com isso negar a necessária elaboração dos tantos problemas e situações adversas com os quais os professores se deparam cotidianamente. No entanto desde que isto não se dê em detrimento de um processo de construção de soluções e ações coletivas, o que passa necessariamente pela formulação de um projeto de escola que busque ressignificar a relação dos alunos com a instituição escolar como um todo (aulas, conteúdos, professores, uso público do espaço escolar, relações de poder, etc.).

as avaliações do grupo de coordenadores e monitores apontaram certos problemas que motivaram a busca por novas formas de ação visando à formação continuada dos docentes envolvidos no projeto. A principal crítica foi a de que as palestras, realizadas no período noturno, contavam com um tempo exíguo para debates ou mesmo planejamento de ações por parte dos professores. Em nossa concepção inicial esses debates aconteceriam nos HTPCs das escolas. No entanto, este tipo de procedimento acabou sendo prejudicado pelo fato de que nem todos os professores presentes nessas reuniões tiveram a oportunidade de assistir às palestras. Mesmo nas ocasiões em que recorremos ao vídeo das palestras filmadas, o impacto da discussão foi bem menor do que esperávamos.

Das primeiras palestras à elaboração da primeira versão do curso

Em face desse problema decidimos que, para a etapa seguinte do trabalho (a montagem de um curso propriamente dito), seria conveniente propor a criação de grupos de trabalho imediatamente depois das palestras. Dessa forma, os professores das escolas envolvidas teriam ocasião de debater os assuntos discutidos à luz de suas experiências e dificuldades cotidianas, inclusive propondo encaminhamentos práticos. Essa solução, contudo, trouxe uma nova dificuldade: o tempo de permanência desses professores na Feusp. Para saná-la decidimos propor a organização de um curso de “extensão cultural”, oferecido pela Feusp aos professores dessas escolas – com as vagas remanescentes abertas prioritariamente a outras escolas públicas ligadas de alguma forma à Feusp ou que aspiravam integrar este ou outro projeto da faculdade – no qual

pudéssemos alternar momentos de discussão teórica com grupos de trabalho e oficinas pedagógicas.

Desse modo, evidenciava-se a necessidade de aprimorar uma forma coletiva não apenas de contato com temas e conceitos fundamentais, mas de elaboração conceitual por meio de trocas de experiências entre equipes de professores de diferentes unidades escolares. Isto porque o contato com outras escolas públicas, para além daquelas duas unidades estaduais, demonstrava a recorrência de temas e discursos comuns, normalmente já considerados em cursos de formação contínua de professores. Porém, sua simples tematização em palestras e debates, como apontamos, permitia aperfeiçoar tão-somente discursos, não os confrontando com práticas e exemplos de ações educativas.

Por essa razão, no ano seguinte, em 2002, o projeto do curso de extensão universitária se ampliou para mais escolas da rede pública e foram firmadas duas inovações essenciais: 1) a inscrição deveria se dar não por professores individuais, mas por equipes de pelo menos 5 docentes; e 2) em seguida às palestras, passamos a organizar grupos de trabalho para aprofundar o entendimento sobre os conceitos fundamentais abordados mediante duas formas de trabalho: reflexão sobre os textos dos palestrantes e a elaboração de possíveis ações exemplares, a serem praticadas ou propostas pela equipe de professores em suas unidades escolares.

O curso foi estruturado em três módulos temáticos, cada um dos quais trabalhados entre dois e quatro encontros na Feusp de modo a permitir a realização de: a) palestras e debates; b) troca de experiências e elaboração conceitual dos textos de palestrantes compilados em uma apostila; e c) consideração de práticas educativas e formulação de ações

do a ampliação do trabalho desenvolvido, o projeto viabilizou a filmagem de todas as palestras por profissionais especializados a fim de futuramente dispor de oito vídeo-documentários sobre os temas. Esses vídeos integrarão o material didático para eventuais cursos futuros.

Versão final do curso junto ao NAE 10 – professores

Paralelamente ao desenvolvimento do curso para diretores, as equipes do projeto e da supervisão do NAE 10 continuaram seus encontros semanais visando à elaboração do curso aos professores da região para o ano seguinte. No último dia de encontro, apresentamos aos diretores a proposta de um curso anual, voltado a professores e coordenadores pedagógicos das escolas, com a mesma temática, mas novamente com inovações no formato, nesse caso visando uma maior aproximação da realidade escolar por meio de um acompanhamento sistemático das instituições envolvidas.

Por essa razão, a programação se modificou e se alargou em comparação com os cursos anteriores, prevendo 4 encontros mensais de natureza distinta: um primeiro, como uma tarde de trabalho para as palestras; um segundo, coordenado pelos monitores do curso, em uma tarde de debates entre escolas por microrregião, desenvolvendo o aprofundamento conceitual sobre os textos dos palestrantes; um terceiro, em horário de JEI de cada escola, coordenado pelos próprios professores participantes, no qual estes se tornam multiplicadores do debate do curso a partir da projeção dos vídeos temáticos e do debate dos textos da apostila para outros professores de sua unidade escolar que não puderam se inscrever no curso; e um quarto encontro, bastante inovador, coordenado pelos monitores, mas realizado em cada escola participante em um horário

Em relação ao grupo de monitores cabe destacar que esse foi formado, de acordo com proposta conjunta, tanto por membros da equipe do Projeto Direitos Humanos nas Escolas como por membros da equipe pedagógica do NAE – em um total de vinte monitores, dez do projeto e dez do NAE. A formação desses monitores se fez conjuntamente para além de um encontro mensal de acompanhamento dos trabalhos: todos participaram do curso *Introdução aos Estudos da Educação* – ministrado pelo Prof.-dr. José Sérgio de Carvalho, coordenador do projeto – cuja temática incide exatamente sobre as questões abordadas.

À guisa de conclusão

A partir das experiências anteriores, das avaliações parciais deste ano e do planejamento para 2004, o Projeto Direitos Humanos nas Escolas pretende dar continuidade aos cursos de formação de professores, introduzindo, contudo, uma novidade importante: a inserção de atividades culturais (como apresentação de filmes, peças de teatro, leituras de obras literárias etc.) que possam desencadear a temática a ser analisada. Acreditamos que esse tipo de procedimento pode, a um só tempo, tornar mais concretas discussões complexas do ponto de vista conceitual, como as que, dentre outras, dizem respeito à violência social, à democracia e ao racismo, aproximando-as da realidade vivida pelos professores e aumentando-lhes seu repertório cultural. Elas podem ainda sugerir formas de vinculação entre a temática, as diversas expressões culturais e as práticas docentes passíveis de extensão para a própria experiência docente das escolas. Assim, em síntese, a proposta dos cursos deverá ter como objetivo:

- 1) Congregar professores de uma mesma unidade de ensino, por meio de inscrições por equipe, a fim de aumentar a possibilidade de mudanças institucionais, raras quando o objeto da ação é um professor isolado de seus pares.
- 2) Transformar a prática corrente de palestras isoladas em um Curso de Extensão Cultural, certificado pela USP, de forma a articular e aprofundar as temáticas e colaborar na progressão da carreira dos docentes inscritos.
- 3) Criar grupos de discussão para debate, com uma média de vinte participantes, a fim de promover aprofundamento das concepções veiculadas nas palestras.
- 4) Criar mecanismos de atuação direta nas escolas, por intermédio da participação nas JEIs (reuniões pedagógicas semanais), a fim de fomentar a reflexão sobre as práticas correntes e a proposição de inovações vinculadas aos ideais propostos.
- 5) Ampliar o repertório cultural dos professores, por meio da apresentação e discussão de obras literárias, cinematográficas, musicais e acadêmicas.
- 6) Fomentar a presença de eventos e obras culturais no currículo escolar, ligando a temática da democracia e dos direitos humanos ao cotidiano escolar.
- 7) Criar mecanismos que garantam a presença dos coordenadores pedagógicos no acompanhamento das atividades do curso, aproximando os ideais nele veiculados ao Projeto Político-Pedagógico das unidades participantes.
- 8) Propiciar o envolvimento e a formação das equipes pedagógicas das coordenadorias de ensino participan-

tes, a fim de criarmos uma parceria entre a universidade pública e a rede municipal de ensino.

9) Levar os professores a buscarem soluções locais a partir de um conjunto de valores comuns e vinculados aos princípios legais e públicos que devem reger as atuações das instituições escolares.

Veja o texto completo em:

**Educação, cidadania e
direitos humanos**

José Sérgio Carvalho (org.)

 EDITORA
VOZES

Petrópolis
2004